

DEPENDÊNCIA E PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL

(ST 1)

Igor Pouchain Matela

Instituição: Colégio Pedro II | E-mail: igor.matela.1@cp2.edu.br

Sessão Temática 1: Produção do espaço urbano e regional

Resumo: Nesse artigo buscamos estabelecer correspondências entre as formas da dependência e os padrões de produção do espaço no Brasil ao longo de sua história. Para isso, tomamos como eixo central da análise o processo de acumulação capitalista e as relações interestatais no sistema mundial. Partimos da abordagem dos ciclos sistêmicos de acumulação e de suas fases de expansão material e de expansão financeira. Na medida em que cada uma dessas fases define um modo de funcionamento do capitalismo, elas também implicam em características distintas dos ajustes espaços-temporais da acumulação de capital, o que vai implicar em distintos padrões de produção do espaço. Em cada território e formação social concretos, a acumulação é mediada por relações interestatais de poder. Portanto, para apresentar o caso brasileiro, descrevemos as mudanças nos padrões de produção do espaço a partir das formas históricas da dependência.

Palavras-chave: dependência; produção do espaço; ajuste espaço-temporal; ciclos sistêmicos de acumulação.

DEPENDENCY AND PRODUCTION OF SPACE IN BRAZIL

Abstract: *In this paper, we seek to establish correspondences between the forms of dependency and the patterns of production of space in Brazil throughout its history. To this end, we take the process of capitalist accumulation and interstate relations in the world system as the central axis of our analysis. We start from the approach of systemic cycles of accumulation and their phases of material expansion and financial expansion. To the extent that each of these phases defines a mode of functioning of capitalism, they also imply distinct characteristics of the spatiotemporal fixes of capital accumulation, which will imply distinct patterns of production of space. In each specific territory and social formation, accumulation is mediated by interstate power relations. Therefore, to present the Brazilian case, we describe the changes in the patterns of production of space based on the historical forms of dependency.*

Keywords: *dependency; production of space; spatiotemporal fix; systemic cycles of accumulation.*

DEPENDENCIA Y PRODUCCIÓN DE ESPACIO EN BRASIL

Resumen: *En este artículo buscamos establecer correspondencias entre las formas de dependencia y los patrones de producción de espacio en Brasil a lo largo de su historia. Para ello, tomamos como eje central de análisis el proceso de acumulación capitalista y las relaciones interestatales en el sistema mundial. Partimos del planteamiento de los ciclos sistémicos de acumulación y sus fases de expansión material y expansión financiera. En la medida en que cada una de estas fases define un modo de funcionamiento del capitalismo, ellas también implican características distintas de los ajustes espacio-temporales de la acumulación de capital, lo que implicará patrones distintos de producción espacial. En cada territorio y formación social concretos, la acumulación está mediada por relaciones de poder interestatales. Por lo tanto, para presentar el caso brasileño, describimos los cambios en los patrones de producción del espacio basados en formas históricas de dependencia.*

Palabras clave: *dependencia; producción de espacio; ajuste espaciotemporal; ciclos sistémicos de acumulación.*

INTRODUÇÃO

O sistema mundial capitalista é formado pelo conjunto de suas unidades político-territoriais particulares: os Estados e suas respectivas economias nacionais. Trata-se, portanto, de um sistema interestatal. Na medida em que alguns Estados têm maior capacidade – econômica, política, militar – de exercer seu poder e de impor seus interesses a outros Estados, esse sistema é fundamentalmente hierárquico e assimétrico.

Dentro dessa estrutura hierárquica e para cada momento histórico, podemos distinguir, pelo menos, centros e periferias. De um lado, identificamos países que se constituem como centros da economia mundial, ou seja, que são os centros dinâmicos que lideram a acumulação de capital em nível sistêmico. Os agentes empresariais e governamentais dos países centrais conseguem exportar seus capitais excedentes, via de regra, para os países periféricos. Com esse movimento, esses agentes tendem a comandar as formas de investimento e, mais importante, os retornos aumentados que esse capital investido no exterior proporciona, de forma a capturar os excedentes que são produzidos na periferia. Por outro lado, nos países periféricos a acumulação de capital está condicionada por agentes externos, o que subordina o desenvolvimento econômico desses espaços a interesses e temporalidades alheias. Além disso, parte do valor produzido nesses países é transferido de diferentes formas para os agentes dos países centrais. Essa relação típica entre os países centrais e os países que constituem suas periferias é o que, em linhas gerais, define as relações de dependência.

A forma de exportação de capitais excedentes em busca de valorização dos países centrais para os periféricos, o modo de absorção desses capitais nos países periféricos e as formas de transferência de valor dos países periféricos para os centrais são historicamente determinadas e vão definir a acumulação de capital em ambos os lados da relação. É nesse sentido que, para os países envolvidos, as relações de dependência fazem a mediação entre o todo e as partes, quer dizer, entre o modo de funcionamento do sistema mundial capitalista e o desenvolvimento particular dos Estados-economias nacionais. Em outras palavras, as relações de dependência vão mediar a acumulação capitalista no nível sistêmico com os processos específicos que essa acumulação vai assumir nas formações socioespaciais particulares, dominantes ou dependentes.

Uma vez que os processos de produção do ambiente construído estão fundamentalmente vinculados à acumulação de capital, ou melhor, dado que a produção do espaço é um momento intrínseco da acumulação capitalista, conclui-se que, para compreender os processos de produção do espaço numa formação socioespacial periférica, faz-se necessário descrever as formas específicas de dependência que se estabelecem a cada momento histórico.

Nesse capítulo, portanto, pretendemos demonstrar como as formas de dependência estabelecidas pelas relações do Brasil com os países centrais estiveram associadas, em cada momento, com determinados padrões de produção do espaço. Para isso, iremos propor uma

releitura da formação do espaço brasileiro, iniciando no final do século XIX e chegando até os dias atuais. Antes disso, porém, é necessário explicar como as diferentes fases da acumulação capitalista em sua longa duração histórica determinam, em linhas gerais, os padrões de produção do espaço.

1. PADRÕES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DO CAPITALISMO

A produção do espaço é um momento indissociável e inerente ao processo de acumulação capitalista. A construção teórica dessa formulação talvez seja a principal contribuição de David Harvey (2005; 2013) para a teoria marxista. Seguindo sua forma de apresentação, separamos o processo geral de acumulação em três recortes diferentes: i) a acumulação capitalista no circuito primário, ou seja, o circuito de produção, distribuição, troca e consumo de mercadorias; ii) os ajustes temporais da acumulação capitalista; e iii) os ajustes espaciais da acumulação capitalista.

O primeiro recorte na teoria da acumulação descreve o processo de produção de valor através da produção e realização de mercadorias. Nos marcos do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas tende a entrar recorrentemente em contradição com as relações sociais nas quais esse modo de produção está fundado. Dito de outra maneira, na medida em que há uma tendência geral de aumentar a proporção dos meios de produção de mercadorias em relação à força de trabalho empregada (aumento do capital constante em relação ao capital variável), isso terá como consequência uma desproporção entre a quantidade de valor produzido na forma-mercadoria e a capacidade de realização desse valor por meio da venda no mercado (a demanda agregada não acompanha a capacidade produtiva).

Essa contradição fundamental entre a produção e a realização, inerente ao desenvolvimento capitalista, irá levar, em algum momento, a uma situação na qual o mais-valor crescentemente produzido não encontrará novas oportunidades de reinvestimento lucrativas. Temos aqui, em poucas linhas, a descrição de uma crise de superacumulação de capitais. Crise que resulta numa situação de interrupção do movimento de valorização do valor e que pode se manifestar de diferentes formas: abundância de mercadorias produzidas; estoques excedentes, capacidade de produção ociosa; capital monetário excedente; aumento do desemprego; queda da taxa de lucro etc.

Para contornar o problema da superacumulação de capitais no circuito primário, é necessário encontrar, fora desse circuito, meios para absorver lucrativamente o capital excedente. Uma primeira alternativa é o deslocamento temporal – ajuste temporal – desse capital, ou seja, usar os excedentes superacumulados para investimentos de longo prazo, retirando-os da circulação imediata e contornando o problema do capital excedente ocioso.

Uma das formas mais propícias para o emprego dessas grandes quantidades de capital é o investimento na produção de capital fixo, especialmente aquele incorporado na terra

(instalações produtivas, meios de transporte, de comunicações, de geração de energia etc.) Esse investimento resulta na produção capitalista de espaço, uma vez que ele produz e modifica o ambiente construído. Quando bem sucedidos, tais investimentos promovem tanto a aceleração do tempo de rotação do capital quanto uma produtividade aumentada no circuito primário. Por outro lado, tendem a gerar, com o tempo, uma quantidade também aumentada de capital excedente em função da contradição permanente entre produção e realização acima mencionada. Então, outras rodadas de investimentos de longo prazo podem suceder, acompanhadas de novos aumentos de produtividade e de maior aceleração da rotação do capital. Assim, o desenrolar desse processo gera fases de crescimento autossustentado do desenvolvimento capitalista, na medida em que a expansão das forças produtivas e a acumulação de capital entram num círculo virtuoso.

Nesse caso, há a possibilidade de se obter equilíbrio dinâmico, em que os excedentes são absorvidos na criação de infraestruturas físicas e sociais que facilitam a criação de excedentes adicionais. Tal forma “espiralada”, acredito, é responsável pelas fases do desenvolvimento capitalista em que o crescimento interno parece auto-sustentável. Com certeza essas fases também se caracterizam pela transformação massiva das estruturas de emprego, pois a produtividade crescente na produção básica se realiza pela absorção crescente dos excedentes na produção e na manutenção das infraestruturas sociais e físicas (HARVEY, 2005, p. 137).

Essas fases, entretanto, não podem se manter indefinidamente. Em algum momento, o desenvolvimento crescente das forças produtivas produzirá uma quantidade tal de capital excedente que não encontrará meios de ser lucrativamente reinvestida.

Uma outra maneira de retirar o capital superacumulado do circuito primário é através dos deslocamentos espaciais – ajustes espaciais –, isto é, exportar o capital excedente para investimentos em outros espaços. Dessa maneira, o capital superacumulado em um determinado lugar pode ser absorvido lucrativamente em outro lugar onde não estejam dadas as condições críticas de superacumulação. Essa exportação de capitais pode se dar na forma de capital-mercadoria, através do comércio exterior; como capital monetário, através do empréstimo de dinheiro ou de aplicações financeiras; ou como capital produtivo, por meio do desenvolvimento de novas forças produtivas em outros países e regiões do mundo.

Até esse ponto, a formulação teórica de Harvey (2013) da produção do espaço como momento inerente ao processo de acumulação capitalista se encontra num alto nível de abstração, não incorporando na abordagem a dimensão do desenvolvimento do capitalismo enquanto sistema histórico. Por isso, a teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação se constitui numa contribuição fundamental para enriquecer nosso quadro de análise.

Os ciclos sistêmicos de acumulação, conforme formulados por Giovanni Arrighi (2012), partem da constatação de que o desenvolvimento do capitalismo em sua longa duração histórica pode ser decomposto em estágios sucessivos de recorrência – dos padrões de acumulação – e evolução – da escala, das estruturas e da organização do sistema mundial capitalista.

Ao longo da história do capitalismo são identificados quatro ciclos, cada um deles nomeado de acordo com os agentes governamentais e empresariais hegemônicos que lideraram a expansão do sistema: i) o ciclo ibero-genovês, de meados do século XV ao início do século XVII; ii) o ciclo holandês, da metade do século XVII ao final do século XVIII; iii) o ciclo britânico, do século XIX até o início do século XX e; iv) o ciclo norte-americano, de meados do século XX até a expansão financeira atual.

Os ciclos são formados por duas fases típicas: uma fase de expansão material (quando a acumulação capitalista é liderada pelas atividades comerciais e produtivas) e uma fase de expansão financeira (quando a acumulação se desenvolve por meio das negociações de crédito, dinheiro e títulos de propriedade). Cada fase apresenta, assim, um modo característico de funcionamento do capitalismo. Independente da fase em questão, a acumulação de capital é permeada pela competição entre unidades político-territoriais em disputa pela expansão de poder, que utilizam, para isso, tanto estratégias capitalistas (instrumentos econômicos) quanto estratégias territoriais (instrumentos político-militares) para alcançar seus objetivos.

A teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação procura descrever e periodizar o processo de formação e expansão do sistema mundial interestatal capitalista, de suas origens até os dias atuais, como um processo contínuo, marcado, porém, por rupturas e recorrências.

1.1 OS AJUSTES ESPAÇO-TEMPORAIS NOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO

Após essa breve apresentação, podemos delinear como para cada fase de um ciclo sistêmico de acumulação há um padrão de produção do espaço correspondente. Isso porque, esses padrões obedecem aos princípios gerais do modo de funcionamento do capitalismo nas respectivas fases do ciclo de acumulação, sejam elas dominadas pela produção e reprodução ampliada de valor, sejam elas dominadas pela apropriação do valor existente e futuro – por intermédio da criação ampliada de capital fictício.

Durante as fases de expansão material da economia mundial, a acumulação capitalista é impulsionada pelo investimento recorrente nas atividades comerciais e produtivas. Dessa forma, a valorização do capital se dá predominantemente com base na produção e troca de mercadorias. Os lucros obtidos nessas atividades são, então, aí reinvestidos para a ampliação e aprofundamento dessas mesmas atividades na medida que elas são a melhor forma de dar continuidade à expansão da acumulação de capital. Essas fases do desenvolvimento capitalista correspondem aos momentos em que os ajustes espaço-temporais dos capitais excedentes se encontram num círculo virtuoso e promovem um crescimento autossustentado e conjunto das forças produtivas e da acumulação capitalista.

Os ajustes temporais, que vão fundamentalmente formar o capital fixo, as infraestruturas imobilizadas na terra e produzir espaços mais modernos, estão voltados a proporcionar aumentos de produtividade e a aceleração do tempo de rotação do capital. É importante

lembrar que os ajustes temporais demandam o funcionamento de um sistema de crédito e a emissão de capital fictício em contrapartida aos capitais adiantados para investimentos futuros. Entretanto, uma vez que esses investimentos se realizam, as dívidas são pagas e o capital fictício sai de circulação, de modo que as finanças funcionam como um apoio às atividades materiais, ou seja, o capital produtivo comanda a lógica da acumulação.

Os ajustes espaciais, por sua vez, vão expandir o modo de produção capitalista, o comércio internacional e as redes financeiras para outros espaços nacionais, ampliando o mercado mundial e criando, nesse movimento, espaços periféricos associados aos centros em expansão e que tendem à complementariedade em relação às economias centrais.

Esses movimentos beneficiam, antes de tudo, os principais centros da economia mundial, que se aproveitam de um período de desenvolvimento contínuo e relativamente estável da acumulação capitalista por uma via de desenvolvimento estabelecida. Enquanto a expansão material proporcionar rendimentos crescentes, os principais centros do sistema mundial mantêm uma relação de cooperação mútua, atuando com relativa colaboração entre si e respeitando certa divisão geográfica e funcional das atividades no comércio mundial, uma vez que o desenvolvimento de um centro apoia e favorece o desenvolvimento geral e dos outros centros

Nessas fases, os padrões de produção do espaço estarão vinculados, em linhas gerais, aos aumentos de produtividade. O objetivo da formação de capital fixo é, prioritariamente, desenvolver as condições gerais de produção, isto é, desenvolver de forma ampliada as condições de produção, circulação, troca e consumo de mercadorias, assim como de reprodução da classe trabalhadora. Para isso, os espaços tendem a ser racionalizados e planejados pelos Estados em função das demandas produtivas de suas economias. Há um sentido de unidade no tratamento dos territórios nacionais. Em suma, nas fases de expansão material, o espaço é um marco, um suporte, da acumulação de capital.

Contudo, na medida em que a acumulação prossegue, vão se restringindo as possibilidades de investimentos com retornos lucrativos pela via de desenvolvimento estabelecida. A expansão do comércio e da produção não é ilimitada. A massa de capital excedente, em crescimento exponencial, não pode ser absorvida indefinidamente por meio de configurações produtivas. Em algum momento, esse processo chegará a uma condição de superacumulação sistêmica de capitais – quando os canais de investimento se esgotam no âmbito da economia mundial como um todo, para todos os principais centros de acumulação.

Nesse contexto, aumentam as pressões competitivas em torno das possibilidades de expansão e de reinvestimento dos capitais excedentes. Os centros dinâmicos de acumulação capitalista começam a disputar entre si os mercados, os canais de comércio e os setores produtivos ainda lucrativos. A cooperação entre esses centros, que era a base da relação entre eles, transforma-se gradativamente em uma competição intercapitalista e interestatal pelos espaços e esferas de acumulação. As taxas de lucro tendem a cair.

A crise de superacumulação expressa uma contradição inescapável do desenvolvimento material capitalista: uma contradição entre os fins e os meios da acumulação de capital. Aquela entre o desenvolvimento das forças produtivas e a 'autoexpansão' do capital, o impulso permanente pela acumulação como um fim em si mesmo (ou a 'acumulação pela acumulação' nos termos de Marx). Durante as fases de expansão material, o meio mais efetivo para a 'autoexpansão' do capital é o reinvestimento constante no desenvolvimento das forças produtivas. Esse quadro muda nas condições críticas de superacumulação, quando a continuidade da expansão material deixa de ser o melhor caminho. A acumulação capitalista precisa continuar por outros meios.

Historicamente, defrontados por momentos como esse, uma parcela crescente dos agentes capitalistas tendeu a recuar de seus investimentos materiais e a manter seus capitais excedentes na forma-dinheiro. Aproveitando-se de sua posição de comando nas redes de troca internacionais, os agentes que lideraram a economia mundial em cada ciclo perceberam o melhor momento de se retirar da competição exacerbada no comércio e na produção e se especializaram em atividades onde puderam exercer um relativo controle monopólico e restaurar suas taxas de lucro. Essas atividades foram o comércio de dinheiro, a intermediação monetária, a negociação de direitos de todos os tipos etc. Isto é, esses agentes se especializaram nas altas finanças. Essas atividades se caracterizam por não criarem valor novo, mas, antes de tudo, por uma acumulação por apropriação do valor existente. Uma 'solução' para a crise que evita reforçar a acumulação na produção e no comércio mundiais, mas que tende, com o tempo, a criar uma superacumulação de capital fictício. É o alvorecer de uma fase de expansão financeira.

Durante as fases de expansão financeira da economia mundial, a acumulação capitalista é realizada predominantemente por meio da negociação de títulos, dívidas, direitos, propriedades, enfim, por meio dos mercados de capitais fictícios. Dessa forma, a acumulação está baseada, prioritariamente, na crescente apropriação de valor. Nessas fases, esse é o meio mais efetivo para a 'autoexpansão' do capital, dado que, sob uma condição de superacumulação crônica, a expansão da produção de valor novo encontra-se restringida. Portanto, na medida em que os rendimentos capitalistas estão cada vez mais vinculados à extração de valor através da propriedade de ativos comercializáveis nos mercados secundários, as fases de expansão financeira caracterizam-se também por um modo rentista de acumulação capitalista.

Estando num contexto de superacumulação crônica e sistêmica, os agentes capitalistas continuam pressionados pela necessidade crescente de reinvestimento lucrativo de seus capitais excedentes. Os ajustes espaço-temporais não podem parar. Os ajustes temporais tornam-se mais especulativos. O volume aumentado de capital excedente que precisa ser adiantado faz com que os investimentos de longo prazo em capital fixo sejam cada vez mais arriscados tanto por assumirem prazos mais distantes no futuro quanto por assumirem maiores riscos em relação à possibilidade de serem exitosos.

Como contrapartida do adiantamento dos capitais deslocados para investimentos de longo prazo, uma grande quantidade de capital fictício é criada. Esse capital fictício tende a perder a conexão com o valor que é criado por intermédio da produção material, do trabalho vivo. Uma desconexão que leva a um processo de autonomização das finanças, uma forma de acumulação de capital que se fetichiza e se desvincula do trabalho humano. Como o capital fictício reivindica o valor que será produzido com o trabalho futuro, a sua lógica especulativa passa a comandar o trabalho presente, de forma que a situação apontada durante as expansões materiais se inverte: agora é a racionalidade financeira que irá determinar e subordinar as formas de investimento produtivo.

Os ajustes espaciais tornam-se mais conflituosos. Há uma intensificação da competição intercapitalista que acaba trazendo consigo a intensificação das disputas interestatais. Isso porque as unidades político-territoriais que são centros dinâmicos da acumulação no sistema mundial irão lutar entre si para exportar seus capitais excedentes em direção aos espaços onde estejam as oportunidades mais lucrativas. Isso significa uma disputa por novos espaços ainda disponíveis para a expansão capitalista, mas, sobretudo, por espaços já ocupados por algum centro de acumulação. Assim, a relação entre os centros capitalistas no sistema mundial se transforma: de uma relação de complementaridade para uma relação de concorrência onde todas as armas podem entrar no jogo – inclusive a guerra.

No que se refere aos padrões de produção do espaço, eles estarão, nas fases de expansão financeira, mais voltados para a captura de rendas ou, de maneira geral, para a apropriação de excedentes. Quer dizer, nesse momento, os investimentos no ambiente construído visam, antes de tudo, produzir uma coleção de ativos geradores de renda. Nesse sentido, esses investimentos assumem um caráter especulativo, pontual, o que favorece um processo de fragmentação do espaço, de especialização territorial e de quebra dos vínculos econômicos no interior dos territórios nacionais, que se tornam menos integrados e mais heterogêneos. Cada fração do território tende a buscar suas próprias conexões com a economia mundial e processos como “guerra de lugares” e o reescalonamento do poder dos Estados emergem com força. Nos espaços urbanos, isso se traduz também numa maior segregação e desigualdade espacial. Nessas fases, portanto, o espaço converte-se em um objeto da acumulação de capital.

2. FORMAS HISTÓRICAS DA DEPENDÊNCIA E PADRÕES DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO BRASIL

Como podemos compreender e especificar os padrões de produção do espaço – até aqui definidos de forma geral – para um caso concreto, numa formação socioespacial particular do sistema mundial capitalista? Para começar, devemos ter em mente que as formas assumidas pelas relações entre o conjunto dos Estados, assim como entre um Estado central e seus Estados periféricos, são diretamente condicionadas pelo modo de funcionamento sistêmico do capitalismo. Vimos que as fases de expansão material e financeira dos ciclos

sistêmicos de acumulação determinam, em grande medida, esse modo de funcionamento, e que, por envolverem aspectos de recorrência e evolução, esses ciclos, apesar de terem características básicas semelhantes, não são meras repetições uns dos outros. Assim, a análise histórica e dos agentes implicados no processo é condição necessária para o estudo dos casos concretos.

Quando tratamos de Estados centrais e periféricos que estabelecem uma relação de dependência, devemos, por um lado, analisar as formas pelas quais os centros dominantes exportam seus capitais e expandem seu poder em direção às suas periferias, mas por outro lado, é fundamental também entender as formas específicas como cada formação socioespacial dependente lida com essa relação, como absorve os fluxos de capitais, como a acumulação capitalista aí se desenvolve, como se associa às determinações emanadas dos países dominantes. Enfim, cada caso irá assumir características próprias em função das mediações realizadas por cada formação social.

Nesse sentido, devemos lembrar que o Brasil, enquanto Estado independente politicamente, já surge periférico e dependente em relação à centralidade da hegemonia inglesa no século XIX. Esse fato é destacado, por exemplo, por Quijano ([1968] 1978), que, se referindo de modo geral às formações sociais latino-americanas, aponta que elas se caracterizam por uma “dependência histórica”, uma vez que, ao serem fundadas a partir de relações de subordinação colonial, já nascem como fruto da expansão do sistema mundial capitalista centrado na Europa. Para essas sociedades, a dependência é, portanto, um elemento constitutivo e fundante.

a problemática total do desenvolvimento histórico das nossas sociedades está afetada radicalmente pelo fato da dependência. Isto não é um dado externo de referência, mas sim um elemento fundamental na explicação da nossa história: não se trata de sociedades com uma legalidade histórica autônoma, que, em consequência de uma sujeição posterior à dominação externa, são obrigadas a reajustar seu comportamento em função das exigências dos dominadores; ao contrário, a legalidade total dessas sociedades é dependente e o seu comportamento não é uma submissão a uma imposição externa, mas sim uma correspondência interna às leis gerais do sistema de dominação em seu conjunto, especificadas, porém, por múltiplos elementos de intermediação e singularização (QUIJANO, [1968] 1978, p.19-20).

É por isso que, conforme as relações de poder nos centros capitalistas se transformam, transforma-se também as formas das relações desses centros com as sociedades dependentes e, por sua vez, as próprias estruturas internas de poder nessas sociedades.

Esse argumento é reforçado por Fiori (2000), que afirma que no contexto da segunda metade do século XIX é que – como resultado da expansão europeia, impulsionada pela centralização do capital e pela escalada da competição interimperialista – a América Latina em geral e o Brasil em particular consolidam sua posição periférica e dependente à hegemonia inglesa. Uma posição que adquire um caráter de permanência ao longo dos períodos históricos subsequentes. Essa inserção subordinada coloca o Brasil e a América Latina numa posição

coadjuvante e relativamente passiva frente às inflexões político-econômicas no sistema mundial. O que não evita que, no entanto, tais inflexões impactem profundamente as nossas formações sociais.

Portanto, as grandes transformações no sistema mundial capitalista, associadas tanto às mudanças das fases dos ciclos sistêmicos de acumulação quanto às mudanças das hegemonias e dos modos de dominação interestatal, têm um papel determinante na configuração das formas históricas das relações de dependência. De modo que, para cada fase do desenvolvimento histórico do sistema mundial, temos um modo sistêmico de funcionamento do capitalismo, uma forma predominante de relação de dependência entre os centros e suas periferias, além de padrões gerais de produção do espaço que vão condicionar os padrões específicos, concretos, que irão se desenvolver em cada unidade político-territorial. Por isso, compreender as formas históricas das relações de dependência, seus mecanismos de transferência de valor, seus determinantes sistêmicos e os processos desenvolvidos pelos agentes internos é de importância fundamental para compreender a formação socioespacial brasileira em sua longa duração, desde suas origens como Estado partícipe do sistema mundial até os dias atuais.

A seguir, buscamos apresentar de forma resumida a análise dessas relações para o caso brasileiro ao longo da sua história como Estado integrante do sistema mundial capitalista, destacando, para os objetivos deste texto, as formas de dependência e os padrões de produção do espaço. Para cada período, identificamos o principal mecanismo de transferência de valor e, a partir dessa identificação, definimos e nomeamos cada uma das formas históricas da dependência no Brasil.

2.1 DEPENDÊNCIA RENTISTA-EXTRATIVISTA (1870-1930)

Por volta de 1870 o sistema mundial sofre uma importante inflexão. A economia mundial e as relações interestatais passam por transformações fundamentais. A intensificação da competição intercapitalista e interestatal, especialmente entre a potência hegemônica britânica e os Estados industrializados em ascensão – Alemanha e Estados Unidos –, tem como consequência, por um lado, um longo período de estagnação econômica global que rebaixou as taxas de lucro – a Grande Depressão de 1873 a 1896 – e, por outro lado, uma escalada da luta interimperialista, com a expansão neocolonial e a disputa por áreas de influência e domínio na periferia mundial. Esses eventos sinalizam o início da fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação centrado na Grã-Bretanha.

A partir de então, os agentes capitalistas britânicos, melhor posicionados nas redes de trocas internacionais, gradativamente se retiraram da competição comercial, mantendo seus fluxos de capital na forma líquida e se especializaram na intermediação monetária. Por meio de seu poderoso mercado financeiro, localizado na *City* londrina, esses agentes coordenaram os investimentos de capitais excedentes em parte significativa do mundo, o que lhes conferiu

um poder extraordinário sobretudo sobre os Estados periféricos. Conforme ressaltou Polanyi ([1944] 2012),

A finança (...) agia como poderoso moderador nos conselhos e na política de uma série de pequenos Estados soberanos. Os empréstimos e a renovação dos empréstimos se articulavam com o crédito e este dependia do bom comportamento. (...) os governos em débito eram aconselhados a vigiar cuidadosamente seu câmbio e a evitar políticas que pudessem se refletir na solidez da posição orçamentária. Essa máxima bastante útil tornava-se uma regra de conduta convincente (...). O padrão-ouro e o constitucionalismo eram os instrumentos que tornaram conhecida a voz da *City* de Londres em muitos dos países menores que adotaram esses símbolos de adesão à nova ordem internacional. Às vezes, a *Pax Britannica* mantinha esse equilíbrio através dos canhões dos seus navios, entretanto, mais frequentemente, ela prevalecia puxando os cordéis da rede monetária internacional (POLANYI, [1944] 2012, p. 15).

No Brasil, apesar de os estudos clássicos sobre a dependência apontarem para uma relação de 'troca desigual' no comércio exterior, o principal mecanismo de transferência de valor no período era a drenagem rentista-financeira. Isso porque o Brasil, assim como a grande maioria dos países periféricos de então, apresentava um grande e recorrente déficit de serviços, o que levava a uma necessidade crônica de importação de capitais para financiar suas contas correntes e fazer a rolagem de seus passivos externos (BASTOS, 2008). Dessa forma, mesmo com o crescente superávit comercial alavancado pelas exportações de café, o país dependia da entrada de fluxos de capitais externos, via de regra por meio de emissões de dívidas, para equilibrar a balança de pagamentos e manter seu crédito internacional (Figura 1). O agravamento dessa situação na década de 1890 conduziu a uma "crise da dívida externa" generalizada na periferia mundial, que foi marcada no Brasil pela crise do Encilhamento.

Ou seja, o caráter primário-exportador e extrativo da economia brasileira se desenvolveu no período como uma resposta à necessidade crescente de obtenção de divisas internacionais para fazer frente à transferência de valor realizada por meio dos mecanismos financeiros (juros, dividendos, pagamentos de seguros etc.), dentre as quais se destacava o serviço da dívida externa. Na medida em que esses mecanismos se referem ao pagamento por direitos de propriedade (de títulos, ações, capital, etc.), podemos os definir de forma genérica como uma captura de rendas. Assim, a 'troca desigual' pela via do comércio internacional, deve ser entendida como um mecanismo secundário de transferência de valor. Contudo, mesmo esse mecanismo deve ser entendido como uma captura de renda, uma vez que os produtos industrializados importados pelo Brasil incorporavam, junto a seu valor, uma renda de monopólio. Por isso, nessa fase, podemos caracterizar a forma histórica de dependência como uma dependência rentista-extrativista. Rentista por conta dos mecanismos de transferência de valor e extrativista pela inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários (o que marcava os traços mais gerais da formação social brasileira – a estrutura de classes, a estrutura fundiária, as especificidades do modo de produção e da força de trabalho etc.).

Figura 1: Estimativa preliminar para o balanço de pagamentos do Brasil (1876-1897) (Em milhares de libras)

Anos	Exportações ^a	Importações ^a	Balança comercial ^a	Saldo de serviços ^b	Transações correntes	Conta capital ^c	Saldo global
1876	20.573	16.504	+4.069	-4.404	-335	+1.567	+1.232
1877	19.063	16.728	+2.235	-4.186	-1.847	+1.789	-58
1878	19.508	15.631	+3.877	-4.245	-368	-265	-633
1879	19.789	15.454	+4.335	-4.002	-333	-560	-227
1880	21.249	16.529	+4.720	-4.048	+672	+1.492	+2.164
1881	19.138	16.621	+2.517	-4.244	-1.727	+920	-807
1882	17.378	16.782	+596	-4.283	-3.687	+1.146	-2.541
1883	19.493	18.187	+1.306	-4.609	-3.303	+10.195	+6.892
1884	19.504	15.381	+4.123	-4.665	-542	-99	-641
1885	15.110	15.306	-196	-4.079	-4.275	+244	-4.031
1886	20.502	16.120	+4.382	-5.028	-646	+6.857	+6.211
1887	11.703	9.690	+2.013	-4.521	-2.508	+4.673	+2.165
1888	21.714	19.724	+1.990	-5.247	-3.257	+21.141	+17.884
1889	28.552	24.002	+4.550	-5.276	-726	+11.189	+10.463
1890	26.382	24.019	+2.363	-6.816	-3.753	+273	-3.480
1891	27.136	25.565	+1.571	-7.610	-6.039	+39	-6.000
1892	30.854	26.302	+4.552	-6.755	2.203	-1.466	-3.669
1893	32.007	26.215	+5.792	-7.601	-1.809	+3.536	+1.727
1894	30.491	27.145	+3.346	-7.335	-3.989	+363	-3.626
1895	32.596	29.212	+3.374	-7.121	-3.747	+6.044	+2.297
1896	28.333	27.880	+453	-7.731	-7.278	+7.275	-3
1897	25.883	22.990	+2.893	-8.170	-5.277	+5.254	-23

^a Os dados de 1876 a 1886 referem-se ao ano fiscal; os de 1887 referem-se somente ao segundo semestre; a partir de 1888 os dados são relativos ao ano que vai de janeiro a dezembro.

^b Alguns dados de acordo com o ano fiscal, outros não.

^c Dados correspondentes ao ano de janeiro a dezembro.

Fonte: extraído de FRANCO (1983)

Os ajustes espaço-temporais no período foram caracterizados pela busca por rendimentos financeiros que levaram a investimentos crescentemente especulativos, especialmente na periferia.

A expansão das relações capitalistas impulsionou o processo de formação de mercados fundiários urbanos. De início no Rio de Janeiro e São Paulo, mas se difundindo em seguida para outras cidades. Um processo que, segundo Abreu (2001), promove a mercantilização da terra urbana, através do surgimento de empresas capitalistas de promoção fundiária que comercializavam lotes de terra em associação com o capital bancário. De modo que “o que ocorreu de novo no final do século XIX – e nas grandes cidades – foi que ambas [terra e moradia] transformaram-se rapidamente em ativo financeiro” (p. 36). Associado a isso, a economia urbana – com destaque para os setores de obras públicas e serviços – passou a ser o destino de capitais excedentes oriundos da intermediação mercantil do setor exportador de café, assim como de capitais estrangeiros, que adquiriram concessões públicas para a operação monopólica de serviços urbanos como transporte e energia (RIBEIRO, 2015). Dessa forma, os espaços urbanos funcionaram como objeto de valorização de capitais especulativos que pressionaram pela mercantilização das cidades, com a identificação de setores onde a

acumulação rentista seria realizada. Os investimentos tinham um caráter localizado, muitas vezes em projetos de embelezamento e renovação de espaços delimitados da cidade, sem que houvesse um sentido de planejamento abrangente da cidade.

A economia concentrada em poucas cidades, com trocas externas mais relevantes que as trocas internas, constituía uma rede urbana sem um caráter nacional. Ao contrário, essa apresentava um viés bastante polarizado, internamente desconectado e concentrado no litoral. Isso porque “as especializações regionais em matérias-primas de exportação garantiam sua vinculação aos portos e ao mundo. Mas a busca de uma integração nacional não era ainda um imperativo da construção dessas redes” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 38). Portanto, a hierarquia urbana existente estava mais condicionada aos aspectos político-administrativos, como a arrecadação de impostos.

No âmbito regional, os próprios investimentos em projetos ferroviários não estavam isentos de um forte caráter especulativo, seguindo a lógica de valorização do capital fictício. Parte considerável da lucratividade das ferrovias construídas no período estava relacionada ao momento da construção, por conta da captação de recursos nos mercados financeiros e dos subsídios governamentais oferecidos. Na maior parte das vezes, a incorporação das terras no entorno dos projetos era mais rentável do que o próprio empreendimento (LANNA, 2012).

Nesse contexto, o padrão de produção do espaço no período estava condicionado pela acumulação rentista. Os investimentos fragmentados criavam infraestruturas radiais, ligando as áreas de produção primária aos portos, tendendo, dessa maneira, a reforçar o padrão de economias de arquipélago com uma rede urbana pouco desenvolvida e desintegrada. As principais cidades se desenvolviam em função das atividades financeiro-mercantis associadas à exportação-importação. Os espaços urbanos e regionais eram objeto de investimentos especulativos que seguiam uma lógica financeirizada, com intervenções urbanísticas pontuais que não tratavam as cidades como uma totalidade. A produção do espaço visava, antes de tudo, a extração de rendas.

2.2 TRANSIÇÃO E ENFRAQUECIMENTO DAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA (1930-1955)

Os cerca de 30 anos, entre as duas grandes guerras envolvendo as potências mundiais do século XX (1914 – 1945), pode ser considerado como um período de caos sistêmico, um momento em que a potência declinante já não tem mais condições de exercer sua liderança, mas uma nova ordem mundial e uma nova hegemonia tampouco se impôs. Esse período de transição hegemônica no sistema mundial, que ganha força a partir da década de 1930, marcou também a passagem da fase de expansão financeira do ciclo britânico para a fase de expansão material do ciclo estadunidense. Um período que gradativamente enfraqueceu a Grã-Bretanha em sua posição de país central nas relações de dependência com a América Latina e com o Brasil, permitindo certo grau de autonomia relativa dos países da região, que

puderam, em alguns casos, ensaiar projetos nacionais próprios, no interesse de seus grupos dominantes internos (QUIJANO [1968] 1978).

A Revolução de 30 instaura um novo bloco de poder no Brasil. O desenvolvimento industrial liderado pelo Estado é levado adiante como eixo material fundamental do projeto de formação da nação. Nesse contexto estão a criação da legislação trabalhista, a consolidação da burocracia estatal e o protagonismo do Estado na construção das indústrias de base. É nesse momento que Celso Furtado identifica um “deslocamento do centro dinâmico da economia”, ou seja, é quando o comando do processo de acumulação começa a se realizar internamente ao país e as demandas domésticas passam a pautar o processo de industrialização por substituição de importações. Nesse contexto, a economia nacional terá seu direcionamento e ritmo de desenvolvimento comandados pelo Estado e pela burguesia nacionais.

É, portanto, a partir desse período que o país impulsiona sua integração territorial. São Paulo começa a se destacar como metrópole econômica, com base num diversificado parque industrial. As necessidades da industrialização e da unificação do território levaram à extinção das barreiras alfandegárias interestaduais e aos esforços para a construção de uma rede integrada de transportes, começando pelas regiões sudeste e sul, que pudesse promover a circulação das mercadorias e da força de trabalho, indicando a formação de um mercado nacional.

Porém, encerrada a guerra, a situação sistêmica mundial muda. Os Estados Unidos emergem como potência capitalista hegemônica e – enquanto davam prioridade para os teatros centrais da disputa geopolítica na Europa e leste asiático – estabelecem uma nova diretriz para o desenvolvimento na América Latina.

2.3 DEPENDÊNCIA INDUSTRIAL (1955-1979)

O fim da Segunda Guerra Mundial estabelece uma nova ordem mundial. Um mundo dividido entre duas “superpotências” militares – Estados Unidos e União Soviética – que iriam se confrontar pelos 45 anos seguintes na chamada Guerra Fria. O lado capitalista do sistema interestatal, hegemônico pelos EUA, é organizado a partir dos objetivos da Doutrina Truman de contenção do poder soviético e desenvolvimento capitalista para o “mundo livre”. Uma nova via de desenvolvimento baseada na produção fordista e nas políticas de viés keynesiano vão sedimentar o caminho para um novo ciclo sistêmico de acumulação. É o início da fase de expansão material liderada pelos Estados Unidos.

Nessa fase, tiveram papel de destaque as empresas multinacionais. Empresas com forte integração vertical, com sede nos países centrais – EUA, Europa ocidental, Japão – e que se expandiram em direção a uma série de países por meio do estabelecimento de suas filiais. O poder monopólico/oligopólico de tais empresas foi tão expressivo no período que suas transações intrafirmas, ou seja, dentro de suas próprias estruturas corporativas, chegaram a alcançar 50% do comércio mundial no fim dos anos 1980 (ARRIGHI, 2012). Por

meio do investimento direto produtivo em outros países, essas empresas conseguiam transferir setores inteiros de economias estrangeiras, especialmente na periferia, para o controle de agentes capitalistas sediados nos países centrais. Nesse período, a forma preferencial dos ajustes espaço-temporais em nível sistêmico passava pela atuação dessas empresas.

É associado a esse movimento, portanto, que se desenvolve a nova forma histórica de dependência no Brasil: uma forma, que chamamos aqui de dependência industrial, dado que estava fundada na abertura do mercado interno para a atuação das firmas multinacionais em setores produtivos importantes e de ponta da economia nacional, onde os capitais estrangeiros passaram a ter o controle produtivo e tecnológico. O mecanismo de transferência de valor típico foi dado pela remessa de lucros das empresas filiais para suas sedes. Desse modo, o processo de industrialização passa a ser comandado a partir do exterior, não mais pela burguesia e pelo Estado nacionais. Esse fato é destacado por Paulani (2013), que aponta que durante essa fase, o Brasil é um destino preferencial dos capitais excedentes deslocados pelos países centrais. Processo que vai proporcionar a instalação de setores industriais avançados, que retornavam para a circulação internacional o excedente obtido internamente e que, em função de suas necessidades, determinavam o processo de acumulação nos setores mais dinâmicos da economia nacional.

Oliveira (1978) refere-se a esse momento como a “Restauração Kubitschek”, porque, a partir do governo de Juscelino (1956-61), a economia brasileira é aberta aos ajustes espaço-temporais das economias centrais mediante a participação do capital estrangeiro no processo de acumulação industrial no interior do espaço econômico nacional. Mais do que isso, as empresas multinacionais tiveram uma série de incentivos de todos os tipos, como mercados de atuação protegidos, fornecimento de insumos básicos por meio das empresas estatais brasileiras, assim como incentivos fiscais. Em suma, o Estado brasileiro funcionou como potencializador da acumulação estrangeira privada. O que significou, antes de tudo, o fim do projeto nacional ensaiado a partir de 1930.

O impulso industrial renovado a partir do pós-guerra e, especialmente, a chegada dos investimentos estrangeiros, consolidam São Paulo como a grande metrópole e centro industrial do Brasil. A expansão da industrialização demandava um maior desenvolvimento dos transportes e das comunicações no sentido de integrar o país, ampliar o mercado interno e o alcance territorial da economia nacional. A industrialização era o eixo articulador do território e o desenrolar do processo levou ao surgimento de importantes cidades no interior do país.

(...) a construção de Brasília, com suas interligações com o resto do território, juntamente com o Plano de Metas e as legislações destinadas a suprimir entraves ao intercâmbio entre estados, tiveram um papel importante na criação de certa unidade nacional, devido à superposição entre unificação do território e unificação do mercado (SANTOS e SILVEIRA, 2006, pp. 252-3).

A unificação do território e dos mercados favoreceu a região mais modernizada do país, que pôde se impor competitivamente frente aos centros regionais em suas próprias áreas de influência. Isso conduziu à uma reconfiguração da rede urbana que passa então a refletir essas novas hierarquias com uma estrutura polarizada de tipo centro-periferia interna ao país. As antigas diferenciações regionais convertem-se definitivamente em desigualdades.

A promoção das condições gerais da acumulação industrial também determinou a produção do espaço urbano, mas de uma forma específica e diversa do que a luta de classes impunha nos países centrais. No período, os espaços urbanos serviram como elemento amortizador das contradições e conflitos do processo de industrialização e funcionaram como fronteiras abertas aos contingentes populacionais sem precedentes que eram expulsos do campo. Como forma de assentar essa grande quantidade de migrantes, a terra foi parcialmente desmercantilizada nas periferias das cidades brasileiras (RIBEIRO, 2018). Essa população, por sua vez, teve um papel indispensável na acumulação industrial, seja como força de trabalho produtiva, como prestadores de serviços básicos que ajudavam a rebaixar os salários, seja na condição de exército industrial de reserva.

A desmercantilização parcial da terra nas periferias e favelas criou uma dualidade legal da questão fundiária nas cidades brasileiras. Por um lado, para as camadas médias e altas, havia a regulação do mercado fundiário e a propriedade imobiliária legalizada; por outro lado, na maior parte do espaço urbano, vigorava a informalidade na posse da terra e a precariedade no “direito à cidade”, o que implicava em insegurança jurídica, vulnerabilidade frente às remoções e exposição exacerbada aos riscos ambientais.

2.4 DEPENDÊNCIA RENTISTA (1980-1994)

A fase de expansão material do ciclo sistêmico de acumulação estadunidense começou a perder força já no fim dos anos 1960. A competição crescente principalmente das empresas japonesas e alemãs às corporações estadunidenses começou a pressionar as taxas de lucro nas atividades produtivas e comerciais. A economia mundial caminhava para uma crise de superacumulação de capitais. Assim como em outros momentos históricos, os agentes que lideravam o processo de expansão capitalista pouco a pouco se abstiveram de reinvestir seus capitais na expansão material. As empresas estadunidenses – e depois as suas concorrentes – tenderam a reter seus fluxos de caixa em mercados *offshore*. A crise sistêmica se instala no início da década de 1970 e vai culminar no choque dos juros de 1979, indicando uma mudança abrupta da política monetária dos EUA. Mudança que assinala tanto a emergência do neoliberalismo quanto o início de uma nova fase de expansão financeira da economia mundial, com a retomada da hegemonia dos EUA – agora a partir das altas finanças – uma vez que o aumento radical das taxas de juros atraiu a maior parte da liquidez mundial para os mercados financeiros estadunidenses. Para a periferia do mundo, isso significou uma escassez repentina de capital e um maior custo na rolagem de suas dívidas externas, que vinham se acumulando estimuladas pelo capital barato da década anterior. A “crise da dívida” atinge a periferia em cheio. O Brasil, especialmente impactado, experimenta a década de 1980 como

a “década perdida”. Com maior poder de pressão e de barganha, os agentes capitalistas e governamentais estadunidenses impuseram uma abertura financeira generalizada na economia mundial, no que ficou conhecido como o “Consenso de Washington” e que tornou os EUA o entreposto financeiro do mundo – tendo seu quartel general em *Wall Street*.

Aproveitando as dificuldades financeiras de muitos países de baixa e média renda, as agências do Consenso de Washington convidaram-nos a abandonar as estratégias estatistas e introspectivas até então defendidas pela teoria do desenvolvimento. Convidaram-nos a agir, em vez disso, usando as regras de um jogo completamente diferente – ou seja, abrir suas economias nacionais aos ventos frios da intensificação da concorrência do mercado mundial e a superar outros países, concedendo às empresas capitalistas a maior liberdade possível de movimento e ação (SILVER e ARRIGHI, 2014, p. 22).

Seguindo o argumento de Paulani (2013), nesse primeiro momento da expansão financeira do ciclo estadunidense, o Brasil assume uma inserção passiva na dinâmica da financeirização, transferindo elevados montantes de capital para o exterior por meio do pagamento de juros e de compromissos financeiros em geral, o que configurou uma forma de dependência rentista.

Paulani (2022) explica que a moratória da dívida em 1987 havia afastado o Brasil dos fluxos de capital circulante internacional. Essa situação é transformada a partir das políticas econômicas que os governos brasileiros adotaram na primeira metade dos anos 1990 e que culminaram com o Plano Real. A partir de então, a abertura da economia ao livre fluxo de capitais e a adesão aos ditames da globalização e do neoliberalismo reposicionam o país no circuito internacional de valorização financeira e inauguram o momento de inserção ativa do Brasil na financeirização que, para a autora, consolida o país como “plataforma de valorização financeira”.

2.5 DEPENDÊNCIA RENTISTA-NEOEXTRATIVISTA (1995-HOJE)

A segunda metade dos anos 1990 marca o início de dois importantes processos que vão definir nossa forma de dependência assim como os padrões de produção do espaço até os dias atuais. Esses processos são o rentismo e o neoextrativismo.

A inserção ativa na financeirização e a conversão do país em plataforma de valorização financeira marcam o rentismo. Fiori (1995) argumenta que a globalização, ou seja, os avanços nos setores de tecnologias da informação e comunicação associados às políticas de desregulamentação internacional dos mercados de capitais, foi resultado da retomada do projeto liberal-conservador e trouxe uma mudança qualitativa para o sistema mundial. Essa mudança, marcada pela reestruturação e realocação da produção mundial, teve como consequência a transferência do eixo da economia mundial do Atlântico para o Pacífico. Mais importante para nós, foi o aumento das desigualdades centro-periferia, na medida em que o controle dos novos processos tecnológicos ficou ainda mais concentrados nos poucos países posicionados no topo da economia mundial. Paulani (2022) acrescenta que para

identificarmos os mecanismos de transferência de valor nas novas relações de dependência, além dos pagamentos rentistas vinculados aos investimentos financeiros, devemos também observar que o controle tecnológico é apropriado como mercadoria pelas corporações dos países centrais. Assim, a propriedade das mercadorias-conhecimento e também das marcas garante a certas empresas capitalistas um monopólio que é convertido em renda no comércio mundial. Ou seja, o preço de uma mercadoria com um conteúdo monopólico de conhecimento ou marca é formado a partir de seu valor (tempo de trabalho socialmente necessário), mas também, e cada vez mais importante, pela renda obtida através da propriedade desses elementos monopólicos. Nesse sentido, o rentismo ganha ainda mais destaque como elemento definidor das relações de dependência atuais.

Por outro lado, entendemos ser fundamental adicionar mais uma dimensão constitutiva da forma histórica de dependência contemporânea: a dimensão do neoextrativismo. Svampa (2019), por exemplo, indica que a passagem para o século XXI marcou um momento de transformação para as economias latino-americanas. Transformação que esteve associada à forte ascensão da China como potência econômica e gradativamente como principal parceira comercial dos países da região. As fortes demandas chinesas por matérias primas elevaram o preço dos produtos primários nos mercados internacionais, levando ao que ficou conhecido como *boom das commodities* na primeira década do século XXI. Nesse contexto, muitos governos de viés desenvolvimentista estimularam o desenvolvimento dos setores extrativos de suas economias como forma de obtenção de divisas e, em alguma medida, para implementar políticas sociais redistributivas. De qualquer forma, esse modelo extrativista pode ser visto como uma continuidade da longa história do extrativismo nos países latino-americanos, uma história de inserção subordinada na economia mundial, de “especialização interna e dependência externa”.

O neoextrativismo contemporâneo pode ser caracterizado como um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração de bens naturais, cada vez mais escassos, em grande parte não renováveis, bem como na expansão das fronteiras de exploração para territórios antes considerados improdutivos do ponto de vista do capital. Caracteriza-se pela orientação para a exportação em larga escala de bens primários, incluindo hidrocarbonetos (gás e petróleo), metais e minerais (cobre, ouro, prata, estanho, bauxita, zinco, entre outros), bem como produtos ligados ao novo paradigma agrário (soja, dendê, cana-de-açúcar). Definido desta forma, o neoextrativismo designa algo mais do que as atividades tradicionalmente consideradas extrativistas, pois inclui desde a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petrolífera e energética, a construção de grandes hidrelétricas e outras obras de infraestrutura – hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros –, até a expansão de diferentes formas de monoculturas ou monoprodução, através da generalização do modelo do agronegócio, da sobrepesca ou das monoculturas florestais (SVAMPA, 2019, p. 21-2, tradução nossa).

Além disso, entendemos também que a noção de neoextrativismo pode ser ampliada para capturar as novas formas de extração que envolvem as grandes corporações de tecnologia – as *Big Techs* – e suas plataformas digitais proprietárias. Através da mineração de dados,

empresas sediadas nos países centrais conseguem extrair, armazenar e analisar enormes volumes de informações que servem de base para atividades de extração de valor no mercado interno dos países onde atuam. O mercado publicitário é, talvez, o exemplo mais conhecido. Entretanto, esses dados também são usados em um conjunto crescente de áreas como a gestão empresarial, a segurança pública, saúde individual e coletiva etc. permitindo a extração de valor de setores inteiros das economias nacionais. Além disso, há uma série de empresas que atuam por meio de economias de plataforma que extraem rendas de um grande conjunto de atividades, desde o comércio varejista via *marketplaces* digitais (Amazon), transporte público e entregas (Uber), locação de imóveis (AirBnB), dentre outros. Por fim, com um impacto crescente na extração de valor da economia brasileira, há as empresas de apostas – as chamadas *bets* – muitas delas com sedes em paraísos fiscais.

Enfim, assim como apontamos a associação do extrativismo com o rentismo na forma histórica de dependência característica do fim do século XIX e início do XX – fase de expansão financeira do ciclo sistêmico de acumulação britânico –, o neoextrativismo atual também deve ser em parte entendido como um processo associado às transferências rentistas de valor da economia brasileira para a dos países dominantes. A exportação de produtos primários foi a “solução” encontrada por sucessivos governos brasileiros para a obtenção de divisas internacionais, fortalecendo os setores extrativos da economia desde o final do século XX até os dias de hoje. Nesse sentido, como desenvolvimento da forma imediatamente anterior, definimos como rentista-neoextrativista a forma atual de dependência, de maneira a demarcar as especificidades contemporâneas e distingui-la de formas pregressas.

O padrão de produção do espaço característico da atual fase de expansão financeira é bastante diferente do período da expansão material estadunidense e da forma de dependência industrial. Já nos anos 1980, como efeito da crise, há uma queda abrupta do investimento estatal em infraestruturas visando a integração do território nacional. Os investimentos vão adquirindo um viés pontual, de preferências em setores e locais que apresentavam potencial exportador. Isso vai reconfigurar as estruturas produtivas regionais, na medida que cada parte do território irá se integrar de forma específica e mais direta às cadeias de mercadorias internacionais, reforçando especializações e tendendo a fragmentar o espaço e a economia nacionais.

Ou seja, especificamente para o período posterior a 1980, quero salientar o papel que assumiu a inserção pontual da economia brasileira em alguns segmentos do comércio internacional. Saliento este fato exclusivamente porque estas foram as poucas atividades dinâmicas do período e, também, porque iriam beneficiar diferenciadamente as diversas regiões do país (...) (PACHECO, 1998, p. 228).

O enfraquecimento da capacidade de coordenação econômica e de investimentos do governo federal vai levar a iniciativas descentralizadas de entes subnacionais no sentido de atrair capitais circulantes, fomentando uma “guerra de lugares” por investimentos localizados e desfazendo as solidariedades inter-regionais que haviam moldado o território no período

anterior. Na medida que o desenvolvimento industrial brasileiro não conseguiu acompanhar competitivamente os avanços da terceira e da quarta revolução tecnológica, a indústria brasileira foi perdendo capacidade de exportação e, com a abertura comercial dos anos 1990, perdendo o próprio mercado interno, fatores que foram determinantes para o processo de desindustrialização. A especialização em produtos de baixo valor agregado, "intensivos em natureza", fortaleceu a tendência de reprimarização da pauta de exportações e favoreceu as especializações com nexos extrovertidos que tendem, agora, à desintegração do espaço nacional.

Com a globalização são instalados numerosos nexos extravertidos, na medida em que, havendo a política econômica deixado de privilegiar o mercado interno, a necessidade de exportar conduz a uma lógica competitiva que vai privilegiar relações externas comandadas pelas empresas globais responsáveis pela demanda. (...) Novas formas de compartimentação do território ganham relevo e são capazes de impor distorções ao seu comportamento: são as novas caras da fragmentação territorial (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 254).

Em relação à produção do espaço urbano destacam-se processos como a financeirização da produção imobiliária e das políticas habitacionais, a produção e gestão financeirizada ou neoliberal das infraestruturas e dos serviços públicos, a gentrificação e a renovação urbanas, a mercantilização das cidades, a governança urbana neoliberal, o empreendedorismo urbano como estratégia de gestão e de planejamento num contexto de reescalonamento da competição pelo capital circulante, resultando num espaço tendencialmente fragmentado e desarticulado. Processos que conformam um padrão de produção do espaço em que o ambiente construído é, antes de tudo, um objeto da acumulação capitalista. Uma acumulação que é baseada na apropriação do valor e na lógica especulativa de funcionamento do capital fictício.

O quadro a seguir (Quadro 1) busca esquematizar e sintetizar as relações entre as fases dos ciclos sistêmicos de acumulação, os modos de funcionamento do capitalismo, as formas históricas de dependência e os padrões de produção do espaço no Brasil.

Quadro 1: Padrões de produção do espaço no Brasil e formas históricas da dependência

Período	Fase do Ciclo Sistêmico de Acumulação	Forma histórica da dependência (canais de transferência de valor + inserção do Brasil na economia mundial)	Padrões de produção do espaço no Brasil (aspectos dos ajustes espaço-temporais)
Fim do século XIX – 1930	Expansão financeira do ciclo britânico	Dependência rentista-extrativista • Plataforma de valorização financeira • Economia primário-exportadora	Investimentos na produção do espaço visam extração de rendas • Investimentos especulativos na produção de capital fixo (ferrovias, projetos de renovação urbana, 'embelezamento') • Acumulação por apropriação-desposseção (mercantilização, privatização dos serviços públicos urbanos) • Urbanização de 'arquipélago'; rede urbana pouco desenvolvida, voltada para o exterior
1930 – 1950s	Caos sistêmico	Afrouxamento/deterioração das relações de dependência • Desenvolvimento para dentro • Industrialização por substituição de importações	Investimentos com capital nacional/estatal para criar as condições gerais de produção • Retenção de uma maior parcela do excedente • Integração do território • Formação do mercado nacional
1950s – fim dos 1970s	Expansão material do ciclo estadunidense	Dependência industrial • Remessas de lucros industriais • Internacionalização do mercado interno	Investimentos na produção do espaço visam aumentos de produtividade • Ajuste espacial dos países centrais via Investimentos produtivos diretos -> espaço de expansão do modo de produção capitalista e de suas relações sociais (processo que criou países 'semi-periféricos') • Aumento da integração do território (via divisão espacial do trabalho na escala nacional) • Desenvolvimento do mercado (e economia) nacional (construção das redes técnicas/ infraestruturas produtivas) • Rede urbana hierarquizada e voltada para dentro; intensificação da urbanização • Desmercantilização parcial da terra, do trabalho e do dinheiro

Período	Fase do Ciclo Sistêmico de Acumulação	Forma histórica da dependência (canais de transferência de valor + inserção do Brasil na economia mundial)	Padrões de produção do espaço no Brasil (aspectos dos ajustes espaço-temporais)
Início dos 1980s – 1995	Expansão financeira do ciclo estadunidense Caos sistêmico (?)	Dependência rentista Inserção passiva na financeirização (demanda por empréstimos internacionais em tempos de recessão e crise mundial)	Investimentos na produção do espaço visam extração de rendas - Abertura dos espaços urbanos para investimentos especulativos “Guerra de lugares” - Acumulação por apropriação-desposseção (mercantilização, privatização de serviços públicos e infraestruturas) - Financeirização da produção imobiliária e de infraestruturas - Fragmentação do território (e do espaço econômico), especialização produtiva - Espaço nacional reconfigurado em torno do extrativismo – reprimarização/desindustrialização – e dos mercados internacionais (construção de um espaço extrovertido, voltado para fora) - Crescimento urbano nas áreas do extrativismo; crise urbana nas antigas metrópoles industriais
1995 – Hoje		Dependência rentista-neoextrativista - Inserção ativa na financeirização - Plataforma internacional de valorização financeira - Economia primário-exportadora - Neoextrativismo, rentismos, economias de plataforma - Reperiferização	

Fonte: o autor.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. Cidade brasileira: 1870-1930. *In*: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP GASPER, p. 35-44, 2001.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX**: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. 8ª reimpressão. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, [1994] 2012.
- BASTOS, P.P. Centro e periferia no padrão ouro-libra: Celso Furtado subestimou a dinâmica da dependência financeira? Texto para discussão n. 138. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 2008.
- HARVEY, D. A Geopolítica do Capitalismo. *In*: **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HARVEY, D. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, [1982] 2013.
- FIORI, J. L. A globalização e a novíssima dependência. **Série Textos para Discussão**, n. 343. Rio de Janeiro: Instituto de Economia Industrial (UFRJ), 1995.
- FIORI, J. L. A propósito de uma "Construção Interrompida". **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 1-19, jun. 2000.
- FRANCO, G.H.B. **Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana**. Rio de Janeiro: BNDES, 1983.
- LANNA, A. L. D. Ferrovias no Brasil, 1870-1920. **História Econômica & História de Empresas**, v. 8, n. 1, 23 jul. 2012.
- OLIVEIRA, F. Acumulação monopolista, Estado e urbanização: a nova qualidade do conflito de classes. *In*: MOISÉS, J. Á. *et al.* **Contradições urbanas e movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Paz e Terra/CEDEC, 1978.
- OLIVEIRA, F. O Estado e o urbano no Brasil. **Espaço e Debates**, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, n. jun./set., p. 36-54, 1982.
- PACHECO, C. A. **A fragmentação da Nação**. Campinas: Unicamp. IE, 1998.
- PAULANI, L. M. Acumulação Sistêmica, Poupança Externa e Rentismo: observações sobre o caso brasileiro. **Estudos Avançados**, v. 27, 2013.
- PAULANI, L. M. A dependência revisitada: relações de troca, a fase 4.0 e o caso do Brasil. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 64, 2022.
- POLANYI, K. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Elsevier, [1944] 2012.

QUIJANO, A. Dependência, mudança social e urbanização na América Latina. In: ALMEIDA, F. L. (Org.). **A questão Urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1978. p. 9-60.

RIBEIRO, L. C. de Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados**: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015. [Recurso eletrônico].

RIBEIRO, L. C. de Q. **A metrópole em questão**: desafios da transição urbana. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2018.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9. ed. São Paulo: Record, 2006.

SILVA NETO, V. J.; CHIARINI, T.; RIBEIRO, L.C.; "Viagens de descobrimento: mapeando a geografia da economia de plataformas", p. 374-394 . In: **Anais do VI Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação (ENEI): "Indústria e pesquisa para Inovação: novos desafios ao desenvolvimento sustentável"**. São Paulo: Blucher, 2022.

SILVER, B.; ARRIGHI, G. "O duplo movimento" de Polanyi: comparação da hegemonia da belle époque britânica e estadunidense. **E-metropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, nº 16, ano 5, 2014.

SVAMPA, M. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina**: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências. Guadalajara: CALAS, 144 pp., 2019.